

## BALBÚRDIA NO MEC: O enquadramento do Estadão durante a gestão Weintraub <sup>1</sup>

### THE “BALBÚRDIA” AT THE MINISTRY OF EDUCATION: The framing of Estadão during the Weintraub's management

Fernando Antonio Egert <sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta um recorte e aprofunda algumas discussões sobre a pesquisa que resultou em uma dissertação de mestrado. O estudo busca analisar as notícias sobre o momento de crise na educação no Brasil em 2019. O objetivo principal é compreender como o jornal O Estado de S. Paulo (Estadão), enquadrando os atos executivos do Ministério da Educação sob a gestão do ex-ministro Abraham Weintraub: o corte de verbas nas instituições federais de ensino, a busca pela implantação do programa Future-se e a tentativa de fusão Capes e CNPq. Foram coletadas 74 matérias do jornal durante o período e a análise foi realizada sob a luz da teoria do enquadramento proposto por Robert Entman (1993). Os resultados indicam que o jornal aborda as notícias deste período a partir dos enquadramentos das escolhas das fontes, embora o enquadramento na sua maioria seja contrário às posições das fontes, indicando que elas eram consultadas para serem confrontadas.

**Palavras-Chave:** Enquadramento noticioso. O Estado de S. Paulo. Cortes na educação

**Abstract:** This paper presents an excerpt and deepens some discussions about the research that resulted in a master thesis. The study seeks to analyze the news about the moment of crisis in education in Brazil in 2019. The main goal of the study is to understand how the newspaper O Estado de S. Paulo (Estadão), framed the executive acts of the Ministry of Education under the management of the former minister Abraham Weintraub: the cut of funds in federal educational institutions, the search for the implementation of the Future-se program and the attempt to merge Capes and CNPq. 74 newspaper articles were collected during the period and the analysis was carried out in the light of the framing theory proposed by Robert Entman (1993). The results indicate that the newspaper approaches the news of this period from the framework of the sources choices, although the framework is mostly contrary to the positions of the sources, indicating that their were consulted to be confronted.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense, Doutorando pelo PPGCOM/UFF, fernandoegert@id.uff.br.

**Keywords:** *News Framing. O Estado de S. Paulo. Educational budget cut offs.*

## 1. Introdução

O Ministério da Educação (MEC), desde o início do governo de extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro (PL) foi considerado estratégico para implementação das suas políticas, tendo em vista as razões ideológicas defendidas por sua gestão. O primeiro ministro da educação de Bolsonaro foi Ricardo Vélez Rodríguez, que saiu da pasta após declarações de que o brasileiro viajando é um “canibal”, pois “rouba coisas dos hotéis” e isso precisaria ser revertido na escola.

Jornais, noticiários e grande parte da imprensa nomearam o momento como uma “crise na educação” e entre momentos caóticos que geraram crises, controvérsias e inseguranças em professores, estudantes e servidores no país, Vélez acabou sendo demitido da pasta antes do governo Bolsonaro completar 100 dias no poder.

Após a queda de Vélez, Abraham Weintraub assumiu como o segundo ministro do MEC e foi considerado por muitos especialistas do setor da educação como “o pior ministro da educação que se tem notícia”<sup>3</sup>. Weintraub ficou no cargo por um ano e dois meses (8 de abril de 2019 até 20 de junho de 2020) e suas ações políticas aprofundaram o estado de crise dentro do ministério e do próprio governo, cortando as verbas das universidades federais, sendo acusado de racismo por comentários ao estereótipo e sotaque dos asiáticos, ofendeu os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), entre tantas outras infâmias nunca vistas no Brasil. A exoneração de Weintraub ocorreu após os ataques à suprema corte do país.

Diante desta contextualização, em que tratamos do cenário de uma crise na educação gerada pelo Governo Bolsonaro e da forma como a mídia tradicional brasileira, ao longo dos anos vem se portando como uma imprensa de opinião e política, o artigo analisa o enquadramento noticioso das matérias do jornal O Estado de S. Paulo durante o período da crise sob a gestão de Weintraub.

---

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/como-abraham-weintraub-ganhou-a-fama-de-pior-ministro-da-educacao> >. Acesso em: 12 mar. 2023.

O *paper* está dividido em cinco partes: No próximo tópico discutiremos a educação brasileira no período do governo de extrema-direita (2019-2022) que trouxe uma crise para dentro do MEC, na terceira parte apresentamos brevemente questões a respeito da teoria do enquadramento noticioso e o trabalho de pesquisadores brasileiros sobre *framing* para embasar nossa discussão central da pesquisa. Na quarta parte discutimos sobre o jornalismo praticado pela grande mídia e a forma como essa imprensa apresenta um viés político e ideológico não somente em editoriais, mas também na produção de matérias e reportagens. Na quinta seção demonstramos os procedimentos metodológicos e a análise. Por último, as considerações finais deste artigo.

## 2. A crise e o desmonte da educação no Governo Bolsonaro

A educação brasileira passou por diversos períodos, sempre buscando um avanço nas suas políticas públicas e pautando a necessidade de avanços progressivos.

O Governo Bolsonaro (2019-2022) chegou ao poder em uma campanha marcada por mentiras e *fake news*, contando com o aparato tecnológico<sup>4</sup> que hoje dispomos (redes sociais, *whatsapp*, etc), financiado por empresários que queriam a qualquer custo vencer o candidato do PT, Fernando Haddad.

As principais plataformas ultraliberais do governo Bolsonaro levadas adiante até o momento foram a reforma previdenciária e a precarização da educação pública, especialmente do ensino superior, liderada por seu ministro da educação Abraham Weintraub. Embora as universidades públicas sejam responsáveis por mais de 90% das pesquisas realizadas no país, bem como por serviços de saúde gratuitos. (ROSÁRIO, 2020, p. 33).

Em 2019, Bolsonaro admitiu para o cargo de Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que nos quase quatro meses à frente do cargo, nomeou e demitiu mais de dez pessoas do alto escalão do MEC. Suas principais ações no Ministério da Educação foram: alterar as exigências para a compra de livros didáticos<sup>5</sup>, não exigindo

<sup>4</sup> MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de São Paulo, 18 out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3oOcwUe>>. Acesso em: 13 março 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/3bVbS2h>>. Acesso em: 13 março 2023.

mais referências bibliográficas e também não exigiria mais temas que envolvessem a diversidade étnica, cultural e de combate à violência de gênero. Após gerar muita polêmica, o edital foi anulado. Em entrevista à imprensa<sup>6</sup>, Vélez afirmou que a “ideia de universidade para todos” não existe e que esse espaço seria da elite intelectual.

Além disso, o MEC enviou para as escolas de todo o país um ofício pedindo para que professores e alunos cantassem o hino nacional<sup>7</sup> diariamente e após fosse lido o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. No mesmo ofício, era solicitado que a escola filmasse alguns trechos da leitura e a execução do hino nacional. Muitas manifestações de professores, políticos e entidades fizeram com que o ministro desistisse da ideia.

Após 96 dias chefiando a pasta da educação, Vélez foi demitido<sup>8</sup> dando lugar ao segundo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, também integrante da ala ideológica do governo Bolsonaro, que acabou intensificando os ataques à educação, principalmente às universidades federais e assim, aumentando a crise desencadeada desde o início do Governo Bolsonaro.

Logo no início da sua gestão, Weintraub divulgou no dia 25 de abril de 2019 um vídeo no Facebook, atacando as faculdades, mas principalmente na área de humanas. No dia seguinte, Bolsonaro concordou com o ministro e escreveu na rede social *Twitter*<sup>9</sup>, principal meio de comunicação do atual governo, que “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família”. (BOLSONARO, 2019, s/p).

Diante disso, no dia 29 de abril de 2019<sup>10</sup>, Abraham Weintraub anunciou os primeiros cortes nas universidades federais. Para Ferrari (2019):

Essa desvalorização do papel das ciências humanas na sociedade demonstrou o viés autoritário do atual governo, além de trazer à tona seu interesse em perseguir todo e qualquer processo de formação que possibilite

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/3bVPGVE>>. Acesso em: 13 março 2023.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3i0DJlv>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/3yPZHh0>>. Acesso em: 12 março 2023.

<sup>9</sup> Disponível em: < <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713997156425729>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3y11ggC>>. Acesso em: 09 março 2023.

o pensamento crítico. Sua decisão acabou mobilizando 11 mil acadêmicos de universidades de diferentes lugares do planeta que publicaram no jornal francês Le Monde (2019) um manifesto se opondo aos cortes. (FERRARI, 2019, p. 72).

Apesar do projeto de extermínio das ciências humanas, os cortes (ou contingenciamento, como o próprio governo nomeou) atingiram todas as instituições federais que através de seus estudantes, professores e técnicos administrativos começaram um movimento para tentar frear a situação, visto que a situação das IFE's iria piorar devido a esse ataque do governo federal. Duas grandes manifestações ocorreram em todo o país, nos dias 15<sup>11</sup> e 30<sup>12</sup> de maio de 2019 em resposta ao corte de verbas do governo federal para o ensino superior. Na primeira manifestação, o presidente Jair Bolsonaro chegou a chamar os manifestantes de "idiotas úteis e massa de manobra"<sup>13</sup>, rendendo várias críticas sobre sua fala.

Além dos cortes de verba nas instituições federais, o MEC bloqueou os recursos da Capes<sup>14</sup>, congelando as bolsas que foram consideradas "ociosas" e reduzindo outras em universidades que seriam consideradas mal avaliadas pela pasta. Somente em outubro de 2019 o então Ministro Weintraub anunciou o "descontingenciamento" dos orçamentos das universidades e institutos federais<sup>15</sup> após a pressão que vinha sofrendo por várias instituições de ensino, professores, alunos, intelectuais da área e entidades. Não houve qualquer explicação para a liberação dos recursos por parte do MEC, apenas que foi realizado um "remanejamento" de verbas no ministério.

Além da crise desencadeada por esses cortes, um projeto de lei polêmico que ampliaria as fontes de financiamentos das universidades federais, foi lançado em julho de 2019 com o nome de "Future-se" e encaminhado ao Congresso Nacional. O programa desenvolvido pelo MEC incentivaria as instituições federais de ensino superior a captarem recursos privados, além de abrir espaço para a contratação de docentes e técnicos-administrativos sem concurso público.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2RDOyz7>>. Acesso em: 13 março 2023.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3hSW5Vp>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3vj5yZX>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3volVmW>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/3oViuD4>>. Acesso em: 09 abril 2023.

Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) “Outro grande ataque contido no programa do governo para a privatização das instituições federais de ensino é o desmonte das carreiras do magistério superior” (ANDES, 2019, s/p).

A proposta do Future-se foi rejeitada por várias instituições e passou por uma consulta pública, pela qual as universidades deveriam aderir ou não ao programa. Com a baixa adesão, o MEC reformou o programa, porém continuou sendo negada por diversos motivos, entre eles a retirada da autonomia universitária e a falta da extensão universitária. Com baixa adesão, o governo lançou uma terceira versão do projeto e enviou para a Câmara dos Deputados no dia 2 de junho de 2020 com o nome de PL 3076/2020<sup>16</sup>. Atualmente encontra-se aguardando despacho do presidente da casa, porém, mesmo que o Future-se esteja parado no legislativo, é de se esperar que em algum momento ele seja colocado em pauta pois apesar da mudança de governo, o projeto de desmonte da educação pública nunca parou, e com uma grande oposição no Congresso Nacional perante o Governo Lula, não sabemos os próximos passos.

Ainda em 2019, com a tentativa de implantação do programa Future-se, o MEC estudava fundir a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>17</sup>. Foi no mês de outubro que Weintraub e sua equipe propuseram unir os órgãos alegando economizar recursos e criando assim a Fundação Brasileira para a Ciência. Mesmo com funções distintas e oriundas de diferentes ministérios (a Capes pertence ao MEC enquanto o CNPq é vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia), o objetivo seria racionalizar recursos do governo federal. A proposta foi criticada por diversas instituições ligadas à pesquisa e à ciência. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ressaltou que “Uma fusão traria confusão para o sistema que desde a década de 50 trabalha de forma harmônica” (ESTADÃO, 2019, s/p).

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/3wwk68G>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3foS1dD>>. Acesso em: 09 março 2023.

Após um período de discussão sobre essa fusão, o Ministro da Educação e deputados governistas anunciam que seria enviada ao Congresso Nacional na forma de uma Medida Provisória ou Projeto de Lei, porém o presidente da câmara na época, Rodrigo Maia (PSDB), divulgou ser contra a fusão<sup>18</sup>, o que acabou perdendo forças dentro do próprio governo. Assim, o projeto não chegou a ir para a frente.

Weintraub ganhava força e popularidade entre os bolsonaristas por sua forma de gestão e tinha apoio dos filhos do presidente, porém após ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) em uma reunião gravada, onde disse que “botava esses vagabundos todos na cadeia”<sup>19</sup>, referindo-se aos ministros do STF, sua condição de ministro tornou-se insustentável e cerca de um ano e dois meses à frente do MEC foi exonerado do cargo.

Com o fim do período Weintraub na educação brasileira, Bolsonaro tentou colocar na pasta da educação o economista Carlos Alberto Decotelli, que mesmo antes de assumir o ministério se envolveu em polêmicas por uma série de informações falsas em seu currículo de professor que foram descobertas pela imprensa<sup>20</sup>. Sua nomeação foi cancelada e em 20 de julho de 2020 tomou posse o quarto e atual ministro da educação do Governo Bolsonaro, o pastor e professor Milton Ribeiro<sup>21</sup>. Em sua primeira entrevista à frente do cargo, disse ao jornal O Estado de S. Paulo que a homossexualidade ocorre em “famílias desajustadas” que resultou em um pedido de inquérito contra o recém-empossado ministro.

Também considerado conservador da “ala olavista”<sup>22</sup>, Ribeiro possui um perfil mais discreto porém seguiu com o direcionamento até então dado ao MEC, como por exemplo a nomeação da coordenadora geral de materiais didáticos, a professora Sandra Ramos, que é ligada ao Movimento Escola Sem Partido. Após um grande escândalo de corrupção conhecido como “Bolsolão do MEC” e “maior esquema de corrupção da Era Bolsonaro”<sup>23</sup>, o pastor foi exonerado do cargo e em seu lugar,

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/2SxCGP4>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/3hS26lc>>. Acesso em: 09 março 2023.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://bbc.in/3wCVds5>>. Acesso em: 15 abril 2023.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3fMm4uZ>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3fMmcut>>. Acesso em: 10 março 2023.

<sup>23</sup> Disponível em: <[encurtador.com.br/agox3](https://encurtador.com.br/agox3)>. Acesso em: 15 março 2023.

assumiu o último ministro do mandato de Jair Bolsonaro, Victor Godoy Veiga, que ficou menos de um ano no cargo.

Por fim, podemos entender que o Governo Bolsonaro possuía uma tendência ao desmonte da educação pública brasileira, principalmente no ensino superior. A perseguição às universidades federais se dava por ser “um ambiente heterogêneo, democrático ou pela autonomia dos professores em debater e possibilitar o conhecimento de temas diversos” (FERRARI, 2019, p. 76).

O retrocesso ocorrido desde o golpe de 2016 na área da educação nos leva a debater novos cenários com a necessidade de uma mobilização coletiva para defender os direitos sociais básicos que nossa Carta Magna garante.

### 3. Enquadramento da realidade pela notícia

A literatura sobre o conceito de enquadramento possui um amplo entendimento e por isso não é capaz de remeter somente a uma forma, visto que cada pesquisa possui suas particularidades e deve seguir o modelo que melhor atenda ao trabalho em desenvolvimento. Por isso, é fundamental definir o modelo a ser seguido, seja ele um enquadramento noticioso ou interpretativo, apesar de não impedir que o pesquisador possa trabalhar com os dois formatos concomitantemente (PORTO, 2004).

Os estudos de enquadramento no Brasil começaram nos anos 1990 e iniciaram com as coberturas jornalísticas sobre eleições e política. Albuquerque (1994) analisou a cobertura do Jornal Nacional, da Rede Globo, na corrida eleitoral de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República e percebeu o enquadramento diferenciado dado aos dois candidatos.

De acordo com Albuquerque<sup>24</sup> (apud Porto, 2002), o resultado da pesquisa concluiu que “o candidato Fernando Henrique teria sido enquadrado em termos de sua habilidade em unificar forças políticas e construir consenso, enquanto Lula era associado a grupos de interesse, especialmente sindicatos, e a conflitos e discórdia”. Porto também destaca outro importante trabalho sobre a cobertura televisiva do Jornal

---

<sup>24</sup> ALBUQUERQUE, A. **A campanha presidencial no ‘Jornal Nacional’: observações preliminares.** Comunicação & Política, V. 1, n. 1, pp. 23-40, 1994.

Nacional, de Fabrício (1997), que atribuiu um enquadramento favorável ao candidato FHC a respeito do Plano Real, trazendo assim um quadro de “confiança” aos telespectadores do jornal.

Estas pesquisas mostram que os estudos de *framing* no Brasil começaram com análises no telejornalismo e na política, no entanto, se expandiu para o jornal impresso. Em seu trabalho sobre a cobertura das eleições presidenciais do ano de 2000, nos Estados Unidos, Porto procurou apresentar o enquadramento dado pelo jornal Folha de S. Paulo e encontrou uma grande semelhança com a forma enquadrada pelos jornalistas norte-americanos (PORTO, 2001).

Outro trabalho que analisou o enquadramento dado pelos jornais impressos O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, foi o de Plínio Leal (2007), no caso Sanguessugas em 2006 e a observação foi feita através de 6 categorias definidas pelo autor: “Categorização do Fato, Provas Apresentadas, Defesas pelos Envolvidos, Tipificação dos Envolvidos e Consequências”.(LEAL, 2007, p. 4). O resultado obtido na pesquisa trouxe uma semelhança entre os dois jornais, indicando uma possível “cultura de enquadramentos noticiosos que existe em grandes veículos de comunicação” (LEAL, 2007, p. 11). Desta forma, podemos entender que apesar da análise mostrar uma similaridade na forma como cada jornal enquadrava suas notícias, o conceito utilizado pelo autor, com as categorias selecionadas, conseguiram tratar o tema adequadamente.

Para Leal (2007), no seu trabalho intitulado “Jornalismo político brasileiro e a análise do enquadramento noticioso”, o conceito:

[...] oferece uma sólida alternativa para analisar a mídia nacional, pois trata com a questão de como a mensagem é organizada, ressaltando preferências de um determinado enquadramento em oposição a outros. A importância desse conceito está diretamente relacionada à identificação das tendências dos meios noticiosos nacionais e à análise de comunicação com um enfoque que é específico do campo jornalístico. (LEAL, 2007, p. 12)

Assim, de certa forma, o *framing* se mostra ainda útil para pesquisadores, principalmente brasileiros, que analisam a comunicação política e o modo como os grandes jornais e seus jornalistas enquadram as notícias. De certo modo, é possível

expandir essa visão e Entman (1993) já considerou o aumento de pesquisas nos Estados Unidos a respeito do conceito e é possível assim ter a noção como a imprensa norte-americana enquadra suas matérias, principalmente envolvendo questões políticas.

Os estudos recentes de Prudencio, Rizzotto e Sampaio (2018), sobre a cobertura jornalística do impeachment da presidenta Dilma Rousseff nos mostram outras possibilidades para a compreensão do enquadramento feito pelos jornais da mídia brasileira. Como já visto acima, a forma de utilizar o conceito depende do que está sendo analisado e para a pesquisa dos autores, foi necessário analisar também os elementos visuais e narrativos das notícias (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017) que envolvem uma análise textual (Entman, 1993), narrativa e visual (Wosniak et al, 2014). A partir destes elementos uma análise de enquadramento multimodal, que se baseia na análise de conteúdo manual (KRIPPENDORF, 2004) foi utilizada para o trabalho.

Nos resultados obtidos na pesquisa constatou-se que os jornais apresentaram legitimidade ao processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT), com uma cobertura jornalística isenta de tratar as polêmicas que envolviam o momento. A pesquisa verificou que os jornais trataram o tema do impedimento da presidenta como político, deixando de lado a preocupação por uma possível instabilidade democrática no país. As notícias apenas colocavam-se a favor ou contra o ato, dividindo a população (PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2018). É importante dizer que este trabalho, assim como a maioria dos estudos sobre enquadramento jornalístico, trazem a possibilidade de mostrar que a imprensa no Brasil não é isenta e possui um lado:

Futuras pesquisas e mesmo críticas precisam estar atentas a essa forma de apoiar implicitamente certo lado acionada por esse jornalismo dito independente. Esse jornalismo isentão que apenas aparentemente não tomou posição, atuou como normalizador do golpe.(PRUDENCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO, p. 34)

Tendo em vista os aspectos observados, podemos dizer de modo geral que a abordagem metodológica necessita de clareza para assim aumentar a confiabilidade da pesquisa, de modo que atinja os objetivos propostos. Vimieiro (2010, p. 76) recorre

ao entendimento de que “diversos métodos vêm sendo utilizados para a análise dos frames que recaem em erros que podem minar a confiabilidade e a validade das pesquisas”.

Por isso, este trabalho busca oferecer um embasamento teórico e ferramentas metodológicas para assim assegurar que a análise das notícias aqui proposta possa ser justificada e a pesquisa possibilite uma discussão maior sobre *framing* e sua aplicação dentro da comunicação política.

#### 4. A imprensa brasileira e o posicionamento político e comercial do Jornal O Estado de S. Paulo

Quando pensamos em jornalismo e suas práticas, a ideia que nos remete, pelo menos conceitualmente, é de uma profissão séria, ligada à objetividade e imparcialidade na produção de notícias para manter a população informada, seja na televisão, no rádio, no meio impresso ou no meio digital. Porém quando estudamos essas práticas, é possível verificar que o jornalismo nunca conseguiu de fato exercer suas atividades sendo isento, neutro e imparcial.

O jornalismo existente no Brasil foi trazido do exterior e baseado em práticas ligadas a noções de objetividade e neutralidade. Segundo Chalaby (1996), o jornalismo praticado até hoje no país não é “[...] apenas uma descoberta do século XIX, como também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos, e em grau menor na Inglaterra, que as práticas e estratégias discursivas, que caracterizam o jornalismo, foram inventadas” (CHALABY, 1996, p. 1).

A ideia de objetividade no jornalismo é algo sempre questionável, envolvida no processo de fabricação de uma notícia, não torna o acontecimento ou fato, a verdade propriamente dita, mas sim uma visão da empresa que publica a notícia e do jornalista que ali está apurando os fatos. Sendo assim, podemos dizer que uma notícia é uma observação da realidade traduzida em um relato (WINSTON e WINSTON, 2021). Para Tuchman<sup>25</sup> (apud Traquina, 1993, p. 74), a “objetividade pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão”.

---

<sup>25</sup> TUCHMAN, Gaye. **Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen’s Notions of Objectivity**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 77, n. 2, p. 660–679. 1972.

Com base nessa ideia, o “ritual” da objetividade é usado para passar às pessoas a sensação de que a notícia produzida não tenha nenhum tipo de interferência do profissional de imprensa, porém, como exposto anteriormente, a imparcialidade é questionável e por isso, a relação que existe com o jornalismo e a política foi e continua sendo de estreitos laços (CARVALHO, 2013).

Segundo Lycarião, Magalhães e Albuquerque (2018, p. 14): com “o refluxo da democracia brasileira nos últimos anos”, os jornais passaram a se empenhar em linhas editoriais ligadas às elites políticas, mas de certo modo a “mídia tradicional” impressa sempre foi destinada às classes mais favorecidas (LYCARIÃO; MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2018). Na tese de Azevedo (2016), o autor sugere esta afirmação:

Com a circulação dirigida para os leitores da classe AB, considerados “formadores de opinião”, os grandes jornais diários, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um ativo jornalismo opinativo, através dos editoriais e colunas que coexistem com as páginas de informação. Este jornalismo de comentário, orientado para as elites, é funcional para o público a que se destina e tem potencial de agenda e influência na formação da opinião pública, ao pautar o jornalismo televisivo e repercutir nos sites, nos blogs e nas redes sociais (AZEVEDO, 2016, p. 49).

Nos estudos de Albuquerque (2005), *Another ‘Fourth Branch’*, o autor faz uma relação entre o “poder moderador” e o “quarto poder”, sendo o primeiro um poder descrito na Constituição de 1824, sendo assim, além do poder executivo, legislativo e judiciário, um “quarto poder” para desempenhar um papel importante, equilibrando os outros poderes (ALBUQUERQUE, 2005), mas no início não foi possível, pelo fato do Imperador concentrar o poder executivo e o “poder moderador”, por quase setenta anos.

De acordo com o autor, esse poder moderador teve um fim com a proclamação da República e somente mais tarde, no governo de Campos Salles (1898-1902) resquílios desse poder surgiram, com o apoio dos estados ao executivo (ibidem, 2005). Foi após o prestígio dos militares brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, que esse poder voltou: “Entre 1945 e 1964, os políticos civis

costumavam ligar aos militares para arbitrar disputas políticas e para 'restaurar a ordem pública'." (ALBUQUERQUE, 2005, p. 6).

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o autoritarismo não permitiu a existência deste "poder moderador" e após a queda dos militares, era preciso existir novamente uma "força externa neutra", esta que é considerada pelo autor um "quarto poder". Além disso, os jornalistas brasileiros tentam "empregar a retórica do Quarto Poder, a fim de legitimar seu papel como uma espécie de *Poder Moderador*" (ALBUQUERQUE, 2005, p. 12), mesmo que institucionalmente, o Ministério Público cumpra esse papel. As condições financeiras da imprensa pós-golpe militar melhoraram e assim, houve o momento oportuno para a "tomada" desse poder:

Foi somente após o fim do regime militar, em meados da década de 1980, que a mídia brasileira teve as condições necessárias para exercer o papel de um 'Quarto Poder'. Em parte, isso foi o resultado de mudanças econômicas: naquele momento, as principais empresas noticiosas brasileiras estavam mais solidamente enraizadas no mercado e, conseqüentemente, menos dependente economicamente do estado (idem).

O entendimento final do autor, é de que a imprensa brasileira adotou para si esse "quarto poder", como prerrogativa de restabelecer o "poder moderador" que existiu por muitos anos no Brasil (ALBUQUERQUE, 2005).

Na tese de Mont'Alverne (2020), é possível compreender o jornalismo como ator político, através das empresas jornalísticas e com dificuldades de uma cobertura imparcial, sem opiniões. Para a autora:

Reconhecer as empresas jornalísticas como agentes interessados implica entender que elas são detentoras de uma agenda própria, podendo convergir com àquelas de agentes do campo político ou econômico. Ao mesmo tempo, não resulta em explicar qualquer comportamento delas como consequência da defesa de seus próprios interesses (MONT'ALVERNE, 2020, p. 96).

Neste sentido, os donos de empresas de comunicação conseguem ter domínio próprio sobre o conteúdo publicado em seus jornais, influenciando ideologicamente decisões políticas (ALBAEK et al, 2014). Conseguimos verificar isso através de análises, como a desse trabalho, através de posições elencadas pelos jornalistas e o cumprimento das regras editoriais da empresa. A construção de uma

reportagem feita por um determinado jornal, mesmo que de forma imparcial e com os princípios básicos da profissão, acaba sendo naturalizada pelo fato de o jornalismo consolidar determinada agenda da empresa e a forma que se dá o viés político (MONT'ALVERNE, 2020), contudo “não se argumenta, com isso, que todo o conteúdo seja necessariamente pensado de forma a atingir objetivos específicos - ou ‘manipulado’ de acordo com os interesses em jogo” (MONT'ALVERNE, p. 99)

Ao reconhecer que a linha editorial da empresa jornalística é de certa forma importante para a construção da notícia, Page (1995) compreende que:

[...] a maior parte das notícias tende a expressar visões que estão em harmonia com a linha editorial do periódico. É importante reconhecer que isto pode ocorrer sem coordenação explícita. Proprietários e editores dificilmente precisam interferir “censurando” notícias ou dizendo aos repórteres o que escrever, além da função usual do editor de atribuir pautas e editá-las. Além disso, a “parede de separação” entre notícia e departamento editorial não precisa ser rompida, pela simples razão que proprietários e *publishers* controlam, em última instância, os dois departamentos. (PAGE, 1995, p. 257)

Podemos aqui considerar, que os editoriais de destes grandes jornais, são considerados uma das formas de expor sua própria opinião, com viés ideológico, mesmo ainda que dentro das próprias notícias e reportagens encontram-se vestígios menos explícitos da posição da empresa jornalística (EILDERS, 1999; MARQUES; MONT'ALVERNE, 2015). A autora propõe que o “editorial sempre é constituído de textos que pautam “suas demandas a quem julgam ser responsável por atendê-las - usando do poder de pressão e da credibilidade da qual dispõem para convencê-los de que a questão merece atenção” (MONT'ALVERNE, 2019, p. 14).

Em suma, esse jornalismo praticado pela grande mídia, apresenta seu viés político e ideológico não só em editoriais, mas também na própria produção de matérias, que seguem as recomendações através de seus manuais, interferindo assim na independência e autonomia.

## 5. O enquadramento dos cortes no Estadão: metodologia e análise

Essa pesquisa busca analisar as notícias do jornal O Estado de S. Paulo sobre o momento de crise na educação brasileira na gestão Weintraub. Como já descrito

anteriormente, a primeira publicação do Estadão sobre os acontecimentos foi no dia 30 de abril de 2019, com a seguinte manchete: “MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA”<sup>26</sup>.

O período buscado foi do dia 30 de abril de 2019 a 31 de dezembro de 2019 e todas as notícias presentes no *corpus* foram coletadas de forma manual, a partir do portal de notícias do Estadão<sup>27</sup>. Foram utilizados os termos “educação”, “cortes”, “balbúrdia”, “contingenciamento”, “Future-se”, “Capes” e “CNPq” para a pesquisa no portal.

Após a coleta das matérias do Estadão, o *corpus* foi analisado seguindo a proposta do enquadramento noticioso de Entman (1993), em que os quadros da mídia são desenhados a partir da definição do problema, que corresponde a quais foram as questões envolvidas para definir os cortes na educação, ou o programa Future-se ou a fusão Capes e CNPq e também o formato como foi noticiado. Para isso, desenvolvemos um Livro de Códigos<sup>28</sup> como ferramenta para a análise do enquadramento noticioso proposto nesse estudo. As notícias foram divididas em três fases da crise na educação de 2019: O corte de verbas nas instituições de educação federal, o programa Future-se e a fusão da Capes e CNPq.

Para essa análise, foram utilizadas primeiramente duas variáveis para a definição do problema, sendo elas: atores (V1) e argumentos da fonte (V2). Na sequência a variável Causas do Problema (V3), Julgamento Moral (V4), Recomendação de Tratamento (V5) e Foco Geral do Estadão (V6).

Após percorrermos nosso caminho teórico-metodológico, apresentaremos o geral das análises realizadas em cada uma das variáveis definidas para a pesquisa. Na variável “atores”, constatamos que obtivemos como fontes mais entrevistadas pelo Estadão, as oficiais do Governo Bolsonaro, tendo uma frequência de 36 notícias e abrangendo um total de 48,6% no total das notícias analisadas. Nesse sentido, é possível verificar que o Estadão salientou os atores políticos ligados ao Governo Bolsonaro e seus aliados, priorizando a voz daqueles que realizaram os cortes nas

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3vki0YT>>. Último acesso em: 13 março. 2023.

<sup>27</sup> Endereço eletrônico do Estadão: <[www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)>.

<sup>28</sup> Livro de Códigos disponível em: <[encurtador.com.br/vGQU5](http://encurtador.com.br/vGQU5)>. Acesso em: 02 março 2023.

instituições de ensino, ou tentaram implantar o Future-se ou queriam a fusão da Capes e CNPq. No entanto, mesmo que com maior quantidade de fontes ligadas ao governo, o jornal muitas vezes trouxe contra-argumentos com outras fontes ou quando não existia esse espaço de fala, a matéria trazia no corpo do texto outros elementos como quadros e gráficos, com números que muitas vezes contrariavam as falas do executivo.

A variável “argumento da fonte” se tornou importante na elaboração dessa pesquisa para a verificação dos argumentos que foram selecionados pelo jornalista nas falas dos entrevistados para a criação da matéria. Assim como dito anteriormente, as fontes são de grande importância para a construção da saliência de uma notícia, bem como os argumentos extraídos pelo profissional da imprensa para a construção da mesma. A análise indicou que 28,4% das notícias analisadas tiveram como principais argumentos das fontes a crítica ao executivo, mostrando que os cortes, a tentativa da implantação do programa Future-se e a fusão Capes e CNPq tiveram um questionamento maior do que um apoio aos projetos do governo. Entretanto, podemos verificar que apesar do texto jornalístico destacar as falas do presidente, ministros e outros aliados políticos, os argumentos utilizados nas notícias estão contra essas fontes principais.

De acordo com Entman (1993), para que o enquadramento de uma determinada notícia seja compreendido, é necessário que o jornalista determine um problema para ela, seja no texto escrito ou pela seleção das suas fontes e argumentos. O gráfico apresentado, indicou que 50% das matérias d'O Estado de S. Paulo durante o período analisado, tiveram como causas do problema a “razão política/ideológica” (V1) em seu conteúdo, trazendo essa variável em metade de todas as notícias analisadas.

No julgamento moral, o código "sem julgamento" correspondeu a 48,6% e mostra notícias que foram escritas de forma neutra, com ausência de posicionamento ou somente tentam explicar motivos da falta de verbas na educação ou economia por parte do governo.

A variável “recomendação de tratamento” segue a definição de Entman (1993), onde estabelece que os enquadramentos podem ou não apresentar uma

solução para o problema. Nessa variável a recomendação de tratamento aparece quando a notícia indica uma solução para o problema e frequentemente encontra-se no fim do texto e assim, mesmo que existam “dois lados”, um sempre irá predominar. A ausência na solução do problema apareceu em 41 matérias, ou seja, mais que a metade das publicações do jornal. Essa ausência aparece principalmente nas notícias que falam sobre as manifestações ocorridas devido aos cortes na educação.

A última variável “o foco geral do Estadão” (V6) foi incluída na pesquisa para identificarmos o posicionamento do jornal O Estado de S. Paulo nas notícias a respeito dos três momentos da crise na educação de 2019. Para isso consideramos três categorias: “a favor do governo” (01), quando a notícia tende a ser favorável ao governo, “contra o governo” (02), quando a notícia tende a ser contra o governo, e “neutro” (03), quando a notícia possui neutralidade em relação ao fato noticiado.

A análise sobre o foco do jornal O Estado de S. Paulo em relação às notícias publicadas apresentou em sua maioria, uma formalidade que reforça a ideia de que a notícia cumpre o combinado existente e por isso não pode extrair o enquadramento só pelo foco, mas sim num apanhado de variáveis que possibilitam uma análise minuciosa.

Em nossa análise foi verificado que apesar das fontes oficiais serem as mais utilizadas no enquadramento do jornal O Estado de S. Paulo durante a crise da educação de 2019, os argumentos foram contrários às ações realizadas pelo governo. Isso é coerente com a postura do jornal, uma vez que apresenta no geral um enquadramento hesitante em relação às medidas do MEC, oscilando entre legitimar as propostas do governo e ao mesmo tempo endossar algumas críticas, como se fosse uma recomendação médica para uma doença, cujo remédio é amargo, porém necessário, ainda que com efeitos colaterais indesejáveis.

## 6. Considerações finais

A forma como a imprensa tradicional brasileira ao longo de toda sua história vem tratando o jornalismo como um uma prática cotidiana de opinião e política mostra que as direções para avançar em uma autonomia maior dos profissionais dentro dessas empresas continua difícil.

Além do mercado, a visão dos grandes empresários e elites políticas no país interferem diretamente na forma do leitor pensar. O avanço surpreendente das mídias digitais e as informações disponibilizadas quase em tempo real por meio das redes sociais têm atraído cada vez mais um público para esse modelo, porém a enxurrada de desinformação e *fake news* disponibilizadas nesse meio, faz ainda acreditarmos que uma “imprensa tradicional”, ou seja, já consolidada e conhecida há muitos anos, traga credibilidade maior para os acontecimentos.

O jornal O Estado de S. Paulo, um dos jornais mais antigos ainda em circulação no Brasil, considerado conservador e pró-mercado, possui um papel importante em nossa sociedade. Por isso, essa pesquisa pretendeu analisar as publicações da crise na educação que ocorreu no ano de 2019.

Isso acaba por confirmar a hipótese de que a linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo segue uma postura na qual o aspecto econômico e conservador da atividade jornalística na empresa tende a editorializar o trabalho de reportagem, interferindo na autonomia e independência do jornalismo. A escolha dos entrevistados, ou seja, as fontes principais das matérias do jornal priorizou fontes oficiais do governo, até como padrão do modelo jornalístico, apesar de mostrar pontos de divergência de outras fontes, como professores e instituições, sua maioria foi do governo. Mas o problema não era o diagnóstico do governo, com o qual tendeu a concordar (falta de verbas, necessidade de cortes), mas o seu prognóstico (medidas ruins de ministros).

As matérias indicaram que as fontes e argumentos utilizados pelos profissionais do jornal estudado mostraram que a crise foi gerada por essa incompetência do governo, o que cedeu espaço a seus críticos - os atingidos pelos cortes e outras medidas.

A falta de um posicionamento maior por parte do Estadão mostra que o jornal segue, de fato, tentando mostrar uma neutralidade em relação aos acontecimentos. Isso fica evidente no esforço pelo valor do equilíbrio das fontes, ainda que as fontes do governo sejam numericamente maiores. Aparentemente não há como afirmar que o Estadão apoiou o governo nem que tenha se colocado como oposição às medidas.

Um aspecto inescapável é a confluência entre crise da educação e crise sanitária decorrente da pandemia por coronavírus que assolou o mundo a partir de 2020. Sem aulas presenciais, as universidades foram novamente atacadas, dessa vez porque estariam sem atividades.

## Referências

ANDES. **Programa Future-se representa a extinção da Educação Federal Pública**. 28/10/2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3uj1hUV>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ALBUQUERQUE, A. **A campanha presidencial no 'Jornal Nacional': observações preliminares**. Comunicação & Política, V. 1, n. 1, pp. 23-40, 1994.

\_\_\_\_\_. **Another "Fourth Branch": press and political culture in Brazil**. Journalism, v. 6, n. 4, p. 486-504, 2005.

AZEVEDO, F. A. F. de. **A grande imprensa brasileira. Paralelismo e Antipetismo (1989-2014)**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2016.

CARVALHO, A. C. **O Caso da Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas**. Niterói: Editora da UFF, Nitpress, 2013.

CHALABY, J. K. **Journalism as an Anglo-American invention: A comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s**. European Journal of Communication, v. 11, n. 3, p. 303–326, 1996.

EILDERS, C. **Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany**. The International Journal of Communications Research, v. 24, n. 3, p. 301–328, 1999.

ENTMAN, R. M. **Framing: Toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication. V. 43, n. 4, p. 51-58. 1993.

FERRARI, J. F. **O processo de bolonha e os cortes na educação superior do governo bolsonarista: considerações a partir de textos jornalísticos**. Ensaios Pedagógico. Sorocaba, SP, n. 2, v. 3, p. 69-7, maio/ago, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3yM2aJa>>. Acesso em: 15 março 2023.

LEAL, P. M. V. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**. Revista Compólitica 2007. Rio de Janeiro, 2007.

LYCARIÃO, D; MAGALHÃES, E; ALBUQUERQUE, A. **Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 1-19, maio, junho, julho e agosto de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3oOjbhv>>. Acesso em: 16 março 2023.

MEC. **Ministro da Educação envia carta a escolas do Brasil**. Assessoria de Comunicação do MEC. Brasília, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2SACZZv>>. Acesso em: 12 março 2023.

MONT'ALVERNE, C. **A imprensa como agente interessado na reforma política: um estudo sobre a cobertura noticiosa e editorial de Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo (1989-2017)**. 2020. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3hJDFX1>>. Acesso em: 3 abril 2023.

PAGE, B. I. **Speedy Deliberation: Rejecting "1960s Programs" as Causes of the Los Angeles Riots**. *Political Communication*, v. 12, n. 3, p. 245–261, 1995.

PORTO, M. "Framing the 2000 US presidential election: the coverage by the Brazilian media", trabalho apresentado à 51a. Conferência Anual da International Communication Association (ICA), Washington D.C., Estados Unidos, 25 a 28 de maio de 2001.

PORTO, M. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, A. C. (ed.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador; São Paulo: Edufba e Ed. Unesp, 2002.

PRUDENCIO, K; RIZZOTTO, C; SAMPAIO, R. **A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "impeachment" de Dilma Rousseff**. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 08-36, ago. 2018/nov. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3ywBiN0>>. Acesso em: 18 março 2023.

ROSÁRIO, L. **A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra-neoliberal**. *Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)*, São Luís, v. 6, n. 2, p. 28-49, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3umCnni>>. Acesso em 25 março 2023.

TUCHMAN, G. **Making news: A study in the construction of reality**. Free Press. 1978.

VIMIEIRO, A. C; DANTAS, M. **Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia**. *Revista Lumina*, 3(2):1-16, 2009.

WINSTON, B; WINSTON; M. **The Roots of Fake News – Objecting to Objective Journalism**. Routledge: New York, 2021.